

EDITORIAL

MOMENTOS DE REFLEXÃO: OS GRITOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA QUE POUCO ECOAM NA SOCIEDADE PSEUDO EMERGENTE

LISIANE FREITAS DE FREITAS

Doutora em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil.
Professora da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Brasil.
Chefe de Gabinete.
lisiane@uel.br

A educação pública brasileira vive, ou melhor, (re)vive dias de chumbo e de gás lacrimogêneo. Momentos de luta por melhores condições de trabalho que emergiram, especialmente na época da ditadura, agora regressam, sutis, disfarçados em meio a *fake news*, confundindo a sociedade, que após alguns anos de conforto e maior poder aquisitivo das classes menos favorecidas, tem a falsa sensação de não depender mais do ensino público.

Entre os anos de 2003 a 2011 o Brasil viveu um período de certa estabilidade econômica, em decorrência da queda dos índices inflacionários, que passaram de 12,53% a 5,90%, o que, por conseguinte, impulsionou o aquecimento da economia, e teve uma redução significativa dos índices de pessoas que viviam em situação de miséria. Importante destacar que o “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza” saiu do mapa da fome nesse mesmo período (Censo Escolar, 2013), e “conseguiu reduzir a pobreza extrema - classificada com o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 ao dia - em 75%, entre 2001 e 2012. Apresentado como um dos casos mundiais de sucesso na redução da fome.” (Estadão, 2014).

O setor da educação privada soube aproveitar esse salto econômico, tanto que o Censo Escolar de 2010 registrou uma migração de 18,6% de estudantes de escolas públicas para colégios privados, entre os anos de 2002 a 2010. (Portal Mec, 2010). No ensino superior também se nota esse crescimento, impulsionado especialmente por programas como o ProUni. As classes com menor poder aquisitivo se viram capazes de proporcionar aos seus filhos uma educação escolar, por meio da iniciativa privada, o que, de certa forma, produziu um sentimento de que já não precisavam mais do ensino público, e, paulatinamente, fez com que parte da sociedade fosse distanciando o olhar dessas escolas e universidades.

Cursar uma faculdade já não era mais um sonho longínquo. Caso o indivíduo não fosse aprovado pelo vestibular para o ingresso em uma Instituição de Ensino Superior Pública, poderia recorrer a uma universidade privada da cidade e pleitear uma bolsa integral, parcial, ou outro subsídio menor que garantisse o ingresso e a conclusão de uma graduação, a obtenção de um canudo, ou seja, a chave para uma carreira promissora, que o colocaria em uma condição melhor de que a dos familiares.

Por outra banda, seguem os professores, militantes da educação pública, gratuita e de qualidade, que lutam por melhores condições de ensino, e que resistem às políticas governamentais, que não apenas cortam a gordura do orçamento direcionado para a educação, mas sim, cortam na carne. O governo se mostra, nesse contexto, como aduz Althusser (1985), um Aparelho (repressor) de Estado, que usa a força da legislação e a força da polícia para garantir os seus pleitos, pacotes sórdidos de maldades.

O biênio 2016/2017 ficou marcado pelos projetos de desmonte da educação, a exemplo da PEC 241 que preconizou o congelamento das verbas públicas federais, especialmente da saúde e educação,

por 20 anos. Essa proposta de Emenda Constitucional desencadeou uma série de paralisações e greves e uma comoção nacional dos agentes educacionais. De acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados (CONOF, 2016), a PEC 241 trará uma redução anual de 24 bilhões, o que representaria, ao final dos 20 anos, uma perda de investimentos de aproximadamente 480 bilhões, o que inviabiliza, inclusive, as metas do Plano Nacional de Educação, firmadas pelo próprio Governo Federal.

Constam deste pacote de congelamentos a redução de investimentos em pesquisa, cortes de bolsas de iniciação científica, de iniciação extensionistas, de bolsas de programas de mestrado e doutorado, escassez nas verbas destinadas à melhoria das instituições de ensino, redução e exclusão de alguns programas como o ProUni e diminuição de verbas destinadas à qualificação dos professores. Algumas dessas atrocidades já estão sendo implementadas, a exemplo do corte de 4.500 bolsas de pesquisa (graduação, mestrado e doutorado), oriundas de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fato ocorrido em agosto de 2019, ação estapafúrdia até para os próprios gestores do Conselho.

O Ensino Superior vive na “corda bamba”, equilibrando-se com a pequena “sombriinha” do governo, e olhando para baixo, vê o abismo da privatização. A educação básica também se vê à margem das enfraquecidas políticas públicas. As condições de trabalho dos professores estão, a cada dia, mais precárias. O desprestígio do ensino perante a sociedade e a imprensa é latente.

Fazer greve nesse contexto desolador é difícil, ainda mais sem contar com o apoio da população. Nem os próprios educadores se motivam a participar dos movimentos sindicais. Os impactos dessas paralisações recaem sobre calendários de reposições que representam mais punições do que cumprimento de horas. Pautas são atendidas parcialmente, parceladamente e, algumas, revogadas meses depois. Assim caminha a educação no, e do Brasil. Com deputados protegidos por camburão da polícia e professores bombardeados. Nos campos de batalha? Não. Nos campos da Assembleia Legislativa do Paraná e em outros campos e campi de diversos pontos do país.

Os sindicatos resistem. Precisam resistir! Às duras penas, desacreditados, muitas vezes, pela própria base. A greve via redes sociais é o “*the new black*”. A capacidade de mobilização diminuiu significativamente. Mas nem sempre foi assim. Já tivemos momentos áureos em que as associações de classe foram protagonistas. Suas pautas se ressignificaram ao longo dos tempos e as principais greves deixaram um lastro que é possível perceber por meio dos direitos trabalhistas que conquistamos.

A história dos sindicatos caminha paralelamente à história da exploração do trabalho de alguma categoria, e com a Educação não foi diferente. Boa parte dos movimentos de classes, das manifestações sociais e das revoluções, contou com a presença e a capacidade de mobilização de professores e estudantes. Contudo, a organização por categoria de educadores levou tempo, começando a aparecer no Brasil somente a partir do século XX. Percebe-se maior união da classe dos educadores a partir de 1920, impulsionadas pelas reformas estaduais da legislação educacional brasileira e pelo advento das primeiras Universidades do Brasil.

As greves começaram a ser uma constante na carreira docente, a partir da década de 1960. O dia do professor era uma data que promovia a reflexão das questões e que era marcado por paralisações simbólicas que pautavam a precarização do trabalho. A primeira greve de maior destaque no magistério ocorreu em 1963, que foi deflagrada em São Paulo, mas se alastrou por boa parte dos estados brasileiros.

A organização sindical e a luta dessas entidades de classe acarretaram grandes conquistas à categoria, especialmente entre as décadas de 1980 a 2000, a exemplo da hora/atividade (que reconhece o trabalho do professor para além do tempo da sala de aula, ou seja, um tempo remunerado, destinado ao preparo das aulas e correções de atividades), a instituição de pisos

salariais, a inserção do art. 212 na Constituição de 1988 que deu origem ao FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Plano Nacional da Educação, a garantia de investimento de 10% do PIB em Educação. Nada disso veio de forma suave; ao contrário, há sangue nessas conquistas.

A educação pública do Paraná já passou grandes embates, com greves expressivas, de destaque nacional, não só pelo movimento da categoria, mas pela violência por parte do governo. Em 30 de agosto de 1988, período que ficou conhecido pelos professores do Estado como “o ano que nunca terminou”, por coincidência, o mesmo ano que marcava a promulgação da Constituição Cidadã, que trazia uma sensação de paz, de sepultamento da ditadura, de tempos melhores para a classe trabalhadora, haja vista que a nova Carta Magna previa direitos trabalhistas importantes, se via no Paraná o desmonte da Educação e o massacre de direitos dos educadores. O governador na ocasião ordenou à Polícia Militar partir para cima dos professores em greve há duas semanas e acampados à frente da ALEP. Foi uma cena de muita violência que “manchou” a educação pública à época.

A praça Nossa Senhora de Salete (santa que apareceu com os pés sobre flores) foi palco de um dia sangrento, com bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, balas de borracha, cães e cavalos, em uma ação contra os manifestantes que ali reivindicavam melhores salários. A cavalaria não pisava em flores, como a santa, mas pisoteava os que tentavam diálogo com o governo, há semanas. O saldo foi de 10 pessoas gravemente feridas, 62 pessoas com ferimentos leves e 5 professores presos.

Alguns anos mais tarde, ocorre entre setembro de 2001 a fevereiro de 2002 a mais longa greve da América latina, que perdurou por aproximadamente 6 meses (170 dias). Estavam paralisadas a UEL, a UEM e a UNIOESTE, período do governo de Jaime Lerner. Nesse período houve poucos episódios de violência física e coerção por força policial. O que se instaurava era a violência psicológica, ameaças, cortes de salários, deixando os servidores sem proventos para as verbas alimentícias, ação impensável aos olhos do Direito do Trabalho.

Estava em pleito o projeto de autonomia universitária, e para isso, foram mobilizados os vereadores e deputados estaduais, com vistas a pressionar a Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. Uma pauta de reposição salarial de 50,3% também fazia parte das negociações com o Governo, uma vez que o salário dos docentes estava muito defasado com relação ao restante do país, sem reajuste desde 1995, de modo que nem a reposição constitucional da inflação foi respeitada nos anos subsequentes.

A pressão pela privatização da Educação era forte e fazia parte de um plano maior de privatização das estatais. O governador, à época, privatizou o Banco Público Paranaense (BANESTADO), a companhia telefônica do estado (TELEPAR) e ensejava vender a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), considerada modelo de gestão hidrelétrica e a mais lucrativa do país. Logo, a privatização das universidades estava se aproximando. O corte de verbas destinadas ao ensino tinha por objetivo rever a gratuidade da educação superior. O ar sombrio da privatização segue a espreita.

Doze de fevereiro de 2015. Docentes da UEL, reunidos em assembleia geral, deflagram greve contra um “pacotão” - apelido dado pela classe trabalhadora dos professores - um conjunto de projetos de leis, anunciado pelo então governador, que contemplava cortes de benefícios de servidores da educação pública, alterações ao sistema de previdência estadual, cortes das horas-atividades dos docentes, dentre outras, ou seja, direitos que levaram décadas para serem consagrados. Isso seria levado à votação na Assembleia Legislativa do Paraná, em um momento de difícil mobilização de docentes e estudantes, uma vez que as atividades acadêmicas estavam em recesso.

Cabe aqui salientar que o governador já havia utilizado dois bilhões do fundo Paraná Previdência (sistema de previdência), sem anuência dos usuários e estava propondo sacar mais R\$ 145 milhões mensais, até sanar as dívidas dos cofres públicos. Esse foi o estopim da greve e de um cenário de horror.

Em 17 de março de 2015, a reunião com o governador e os dirigentes sindicais dos servidores da educação, enfim, aconteceu, e, após horas de negociação, nenhuma proposta que contemplava algum ponto da pauta de reivindicações foi firmada; porém, já se sentia o momento de terminar a greve. Já haviam se exaurido quaisquer possibilidades de acordos. Assim, em 19 de março, com base em várias promessas, sendo a principal delas o compromisso do governo em não levar à ALEP os Projetos de Lei (pacotaço), selam acordo os sindicatos dos servidores da UEL e o Governo e colocam fim à greve de 40 dias.

Tudo voltava, aos poucos, à normalidade. O Governo muito quieto, sem nenhum ataque. Professores concentrados no primeiro mês de aulas e com muito trabalho oriundo da reposição das horas. Eis que em 23 de abril de 2015 o Governo se movimenta mais uma vez e “ressuscita” o “pacotaço”, agora “fatiado”, ou seja, separado em diversos PLs, mas com o mesmo teor de maldades. Em regime de urgência, já entraria em votação no dia 27 de abril a Reforma da Previdência.

Professores de todo o Estado e de todos os níveis de educação pública se mobilizaram e seguiam em caravanas, no dia 25 de abril, para acompanhar a votação na ALEP. A UEL também participou, levando dois ônibus com professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Chegaram a Curitiba e foram recepcionados por um contingente exorbitante de policiais militares que cercavam toda a Assembleia Legislativa.

Dia 29 de abril, o céu cinza (chumbo) parecia o prenúncio de algo não muito auspicioso. Nuvens e armas carregadas recebiam as caravanas dos defensores da educação pública do Paraná. A pressa dos que estavam para o lado de dentro da ALEP era visível. O povo não poderia adentrar à casa do povo! A votação seguiria e a polícia, atenta aos comandos dos líderes. A ordem era: não deixar nenhum cidadão invadir a Assembleia. A votação do “pacotaço” deveria ocorrer naquele dia. Tudo pronto para mais um massacre que manchou as lousas da memória da educação paranaense. Professores e estudantes foram surpreendidos por balas de borracha e bombas de efeito moral, sendo atiradas, covardemente, de cima de um helicóptero. Saldo: “não foi confronto, foi massacre!”

A greve dos educadores em 2015 envolveu as instituições públicas, mas teve apoio de escolas e universidades privadas e confessionais, haja vista que a precarização do trabalho do professor atinge, há tempos, todos os níveis da Educação Brasileira. E, infelizmente, essa realidade não é diferente de outras classes de trabalhadores. O modelo neoliberal trouxe a degradação das condições de trabalho.

Ao se cotejar a greve de 2001/2002 com a ocorrida em 2015, percebe-se muita semelhança: a questão da autonomia universitária, a luta pela garantia das verbas de custeio, segurança do fundo da previdência, reposição salarial (índice da inflação). Contudo, o que difere uma da outra é o tempo, sendo a primeira mais longa e as conquistas que também lograram mais êxito. Na greve de 2015, ao final, nem se falava mais em reajuste salarial: o que moveu os professores para o 29 de abril foi a manutenção dos direitos já conquistados, como o fundo do Paraná de Previdência.

Momentos difíceis como o 29 de abril de 2015, como o 30 de agosto de 1988, sensibilizam a sociedade. Porém, a memória parece ser rasa, uma vez que em pouco tempo passa a prevalecer o pensamento, também raso, de que a universidade, ao invés de ser um espaço plural e de diálogo, é um ambiente de doutrinação ideológica (de esquerda, comunista, marxista etc.), de uso de drogas e absurda nudez. Mas, infelizmente, a nudez é a da sensatez de quem defende esse discurso infundado. A sociedade pseudo emergente segue confusa. Ensurdeceu-se com o bater de suas painéis. Ouvidos mocos para a derrocada do ensino público. Professores são perigosos (eu sei), ensinam o povo a pensar! A educação grita. O governo silencia. A sociedade venda os olhos.

Na luta dos movimentos de classe e, especialmente dos trabalhadores, percebe-se que o proletariado se sente refém da ideologia defendida pelo Estado, uma vez que este detém o poder do

capital e o apoio das mídias. Ao longo da história é possível encontrar elementos que demonstram que a classe que está no topo da pirâmide domina e manipula os sujeitos posicionados na base.

Não deixemos de seguir caminhando juntos na luta por dias de felicidade e dignidade para a educação pública!

REFERÊNCIAS

Althusser, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Estadão. Brasil reduz a pobreza extrema em 75% entre 2001 e 2012, diz FAO. (2014) Recuperado de: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-entre-2001-e-2012-diz-fao,1560931>.

Portal MEC. Censo registra 51,5 milhões de matriculados em 2010. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/16179-censo-registra-515-milhoes-de-matriculados-em-2010>.